

Copom reduz Selic em 0,25 ponto, mas mantém juros elevados e críticas à política monetária



O Comitê de Política Monetária decidiu nesta quarta-feira (18) reduzir a taxa básica de juros, a Selic, em 0,25 ponto percentual, passando de 15% para 14,75% ao ano. Esta é a primeira queda desde maio de 2024.

A decisão já era esperada pelo mercado financeiro. Em comunicado, o Comitê afirmou que a medida é “compatível com a estratégia de convergência da inflação à meta”, destacando também o objetivo de suavizar oscilações da atividade econômica e estimular o emprego.

O início do ciclo de redução ocorre em meio a incertezas no cenário internacional, especialmente em função dos conflitos no Oriente Médio, que pressionam o preço do petróleo, já acima de US\$ 100 por barril. Esse movimento tende a impactar os preços dos combustíveis e as expectativas de inflação.

O Copom reconheceu que o cenário externo elevou os riscos inflacionários e afirmou que seguirá acompanhando os desdobramentos, considerando os efeitos sobre cadeias globais, commodities e preços internos.

Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro, no entanto, a redução é insuficiente diante da realidade econômica do país. A entidade avalia que, mesmo com o corte, a taxa segue em nível elevado, mantendo o crédito caro e agravando o endividamento das famílias.

De acordo com o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Gustavo Cavarzan, a decisão evidencia a desconexão do Banco Central do Brasil com a realidade do país. “Durante o governo Jair Bolsonaro, o endividamento da população chegou a 80% e permanece nesse patamar. Ao mesmo tempo, a Selic foi elevada de 2% para 13,75% ao ano, encarecendo o crédito. Mesmo agora, com a inflação sob controle, o ritmo de queda é muito lento e mantém o país preso a uma política que transfere renda para o setor financeiro”, afirmou.

Segundo ele, os impactos são diretos sobre a população. “Juros elevados reduzem investimentos, dificultam a geração de empregos e comprometem cada vez mais a renda das famílias com dívidas. A medida anunciada é insuficiente para reverter esse quadro.”

Gustavo também criticou a incoerência entre juros e inflação. “O Brasil segue com uma das maiores taxas reais de juros do mundo, enquanto a inflação no governo Luiz Inácio Lula da Silva está entre as menores desde 1999. Não há justificativa técnica consistente para manter os juros nesse nível.”

Leia a matéria completa em nossa página